

Prestação de Contas 2014

Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derogada:

No presente exercício económico não se verificaram disposições do POCAL derogadas.

8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:

No exercício de 2014 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, na ótica patrimonial e orçamental.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão refletidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

8.2.5 – Situações especiais que afetam o resultado do exercício:

No exercício económico em análise não se verificam situações especiais que afetam o resultado do exercício.

8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ **Outras aplicações financeiras** - Não se efetuaram movimentos na conta em questão;
- ✓ **Títulos Negociáveis** – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de Caixa GEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas;*
- ✓ **Fundo Patrimonial** – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	51.061.813,14			51.061.813,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			115.000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos				
59 - Resultados Transítados	-11.161.636,71		1.948.451,61	-13.110.088,32
88 - Resultado Líquido do Exercício	-1.948.451,61		223.499,61	-2.171.951,22
Total	38.066.724,82	0,00	2.171.951,22	35.894.773,60

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos, no quadro seguinte:

Cliente		Provisões do exercício	Provisões			
Conta	Designação		S.I.	Aumentos	Reduções	Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.306,50	68.508,24	1.306,50	2.192,69	67.622,05
292	Provisões para riscos e encargos	133.291,70	112.868,44	133.291,70		246.160,14
TOTAL		134.598,20	181.376,68	134.598,20	2.192,69	313.782,19

Os valores identificados no quadro acima referenciado, dizem respeito a:

- a) **Provisões para cobranças duvidosas** - dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa, cujos processos se encontram em execução fiscal, resultante de dívidas de ramais domiciliários de esgotos.
- b) **Provisões para riscos e encargos** – O valor de 112.868,44€ (SI-Provisões), refere-se a um projeto de parceria entre a Simlis a os Municípios da Batalha, Leiria, Ourém e Porto de Mós, de execução das redes de saneamento doméstico.

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico, Dr. Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material tem maior impacto nas demonstrações financeiras, é o processo n.º 381/14.9 BELRA, cujo autor é o Sr. António Augusto Santos Pereira Grosso.

Neste processo, foi estabelecido pelos peritos signatários o montante de 133.291,70€ a título de indemnização para a parcela 14, conforme documento em anexo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos